

Os desencontros das crises econômica e política

GAZETA MERCANTIL

19 SET 1984

Economia Brasil

Paul Singer (*)

Os levantamentos da FIBGE e da FIESP indicam que desde o início do ano a conjuntura industrial sofreu uma reviravolta: de declinante a produção passou a ser crescente e com vigor cada vez maior. Mas a mesma reviravolta é muito menos significativa em relação ao emprego. Os ganhos neste particular, em 1984, nem de longe compensam as perdas em 1983. De modo que, para a burguesia, a crise econômica está chegando ao fim, com a crescente recuperação das vendas, da produção e certamente da lucratividade. Mas, para os trabalhadores, a crise econômica continua: os desempregados empobrecem cada vez mais, os salários, arroxados durante 1983, continuam deprimidos e o aumento do custo de vida mantém o seu ritmo alucinante.

Este desencontro entre as classes na percepção da crise é inevitável. A burguesia presente a melhora dos negócios bem antes que as estatísticas a registrem. Por isso, as sondagens conjunturais, para predizer a evolução futura, baseiam-se nas respostas obtidas de amostras de empresários. Já os assalariados sentem os efeitos da mudança conjuntural com certo atraso: emprego e salários movem-se com retardo em relação a vendas e produção. Este retardo pode ser de um semestre ou mais e, se a recuperação for de curto fôlego, ela poderá passar sem sequer ser notada pela grande massa da população. A maioria dos trabalhadores vê com



vicção de que a situação exigia remédios heróicos. Daí o ardor oposicionista com que se opuseram aos sucessivos decretos de arrocho salarial e se lançaram neste ano, ao lado das mais expressivas lideranças da sociedade civil, à luta pelas eleições diretas já. Houve momentos em que lideranças empresariais e de sindicatos de trabalhadores usavam quase a mesma linguagem para condenar a política econômica, inflacionária e recessiva que nos era imposta pelo FMI. A proposta de moratória unilateral do serviço da dívida externa era, particularmente no último trimestre de 1983, aplaudida por representantes tanto do patronato quanto dos assalariados. Agora, os portavozes da burguesia começam a reclamar mais moderação e "realismo", so-

bretudo no que tange à formulação da política econômica de um futuro governo Tancredo Neves, o favorito na disputa indireta do Colégio Eleitoral. Não se pensa mais em ruptura com os credores externos, mas numa renegociação em termos mais favoráveis do serviço da dívida externa e num aproveitamento racional das possibilidades oferecidas pelo "ajustamento" da economia brasileira — em outros termos, aceita-se que a dinâmica de nosso desenvolvimento seja condicionada pela recuperação da economia dos Estados Unidos. Se esta nos permite crescer mediante o aumento das exportações, por que não aproveitar?

A este "afinamento" das lideranças empresariais, e dos setores políticos que as representam, correspon-

dem uma maior obstinação dos que falam pelos trabalhadores em reivindicar eleições diretas para esta sucessão presidencial e mudanças de fundo na política econômica e na postura do País perante o sistema financeiro internacional. Enquanto uns discutem quem deverá comandar a política econômica no futuro governo, outros se preocupam com a patética invasão do Sine por centenas de desempregados e seus familiares. Enquanto para uma parcela importante da opinião pública, o "boom" da economia americana e a provável vitória da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral oferecem motivos para uma visão otimista do futuro, para outra parcela, igualmente importante da mesma opinião pública, a frustração ensejada pela derrota da

Emenda Dante de Oliveira e a continuidade das manifestações da crise econômica, que são relevantes para os trabalhadores, levam a uma visão pessimista do futuro.

É possível que este descompasso seja apenas momentâneo, se a recuperação da economia prosseguir e adquirir vigor suficiente para ensejar a reabsorção de grande parte dos que perderam seus empregos e a elevação dos salários reais, fortemente diminuídos no ano passado (segundo a FIESP, o índice de salários reais caiu de 136 em dezembro de 1982 para 92,9 em março e 107,6 em abril deste ano). Mas é possível também que ele se consolide, dando lugar a um amplo realinhamento das forças políticas. A experiência das várias recuperações conjunturais, des-

de 1974, nos países desenvolvidos é que elas foram tão tênues que não chegaram a afetar significativamente o nível de emprego e de salários reais. Se a recuperação da economia brasileira ficar inteiramente condicionada à prosperidade em alguns países desenvolvidos (particularmente os Estados Unidos), é bem possível que ela adquira as mesmas características de pequena amplitude e curta duração. Neste caso, o "pacto social" implícito na grande frente oposicionista, formada em 1983, será inevitavelmente desfeito. Em seu lugar, os antagonismos de classe voltarão a condicionar o processo político.

(*) Professor de economia da PUC, membro do Cebrap e militante do Partido dos Trabalhadores.

grande ceticismo as notícias quanto à melhora da atividade econômica, isso quando chega a tomar conhecimento delas.

Estas percepções diversas sobre o que se passa na economia influenciam as atitudes políticas de uma e outra classe. O agravamento incessante da recessão, no ano passado, infundiu em determinadas lideranças empresariais a con-